

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Assinale a alternativa que menciona uma grande catástrofe ocorrida há algum tempo no dia 26 de abril de 1986, tendo sido considerado é o pior acidente de sua natureza da história em termos de custo e de mortes resultantes, além de ser um dos dois únicos classificados como um evento de nível 7 na Escala Internacional desse tipo de Acidentes.

- a) Acidente nuclear de Fukushima I.
- b) Queda das Torres Gêmeas do W.T.C.
- c) Tsunami que arrasou a Indonésia.
- d) Acidente nuclear de Chernobil.

2. Segundo a Organização Internacional de Migração, mais de 3.000 pessoas morreram em 2014 durante a tentativa de migrar para a Europa. Essas mortes ocorreram em virtude dos imigrantes estarem em embarcações sem qualquer segurança tentando atravessar o:

- a) Mar mediterrâneo.
- b) Mar báltico.
- c) Oceano atlântico.
- d) Oceano pacífico.

3. O(a) principal candidato(a) à presidência dos Estados Unidos em 2016, pelo Partido Republicano, é:

- a) Hillary Clinton.
- b) Donald Trump.
- c) Ted Cruz.
- d) Bernie Sanders.

4. O rompimento de uma barragem, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, ocorreu na tarde de 5 de novembro de 2015. Trata-se de uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo. O texto se refere à:

- a) Barragem Vale do Rio Doce.
- b) Barragem Samarco.
- c) Barragem de Fundão.
- d) Barragem Mariana.

5. Duas pessoas morreram após o desabamento de uma obra viária no Rio de Janeiro, inaugurada em 17 de janeiro de 2016 e custou cerca de quarenta e quatro milhões de reais. Que obra viária foi essa?

- a) Via do Bondinho de Santa Tereza.
- b) Ciclovia Tim Maia.
- c) Ciclovia Oscar Niemeyer.
- d) Estrada do Bondinho do Pão de Açúcar.

FILOSOFIA

6. Uma das principais características da filosofia é nos “ensinar a aprender a pensar”, ou seja, a exercitarmos a filosofia como “uma atividade de espírito”. Assim, pode-se afirmar que a filosofia pressupõe:

I – Frequentar a realidade, fazer exercícios de pensar o real, pois o aprender a pensar o real é filosofar, é suspeitar que outra realidade pode existir além daquela que nos aparente de imediato.

II – Praticar a filosofia (*philosophon*), ser amigo da sabedoria, pressupõe uma longa aprendizagem, um empenho diligente que mereça a iluminação do pensamento.

III – Muitas vezes, para ter uma atitude filosófica, o filósofo precisa se desligar da vida, pois esta não o possibilita uma verdadeira sabedoria.

É correto o que se afirmou em:

- a) I, apenas.
- b) I e II.

- c) I e III.
- d) II e III.

7. Para Roberto Rossi (*Introdução à Filosofia*): “Se as coisas que nos cercam (a realidade, na sua enorme variedade), se o mundo dos outros e o nosso mundo, o universo na sua indefinível vastidão, fossem previsivelmente presentes, ou seja, fossem realidades expostas, sem o poder de despertar surpresas em nós [...]”:

I – “[...] a filosofia jamais teria nascido, nem o pensar e, conseqüentemente, nem a descoberta do problema, a vontade de pesquisar, as tentativas de solução, o próprio mundo da cultura e da história humana”.

PORQUE

II – “A filosofia leva o homem a perguntar o porquê das coisas, por que assim, por quem, o por que foi feito e foi dado. [...] a origem da filosofia é o espanto, o maravilhar-se, que leva ao desequilíbrio [...]. O homem é atraído pelo que falta, pelo possível” e a partir daí ele constrói a cultura e a história, está sempre em mudança e transformação.

No que diz respeito à origem e finalidade da filosofia, avalie as asserções e a relação proposta entre elas; assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são falsas.
- b) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é complemento da I.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

8. Em relação à origem da filosofia entre os gregos, estão corretas as assertivas a seguir, EXCETO:

- a) A filosofia nascente na Grécia buscou se fundamentar na razão para encontrar a unidade que dava sentido e origem ao mundo, não mais nas crenças e explicações preestabelecidas pelos mitos.
- b) Os primeiros filósofos procuravam dar uma objetividade à filosofia, isto é, um pensar e refletir a realidade de maneira ordenada, crítica e coerente, capaz de generalizar e diferenciar a realidade.
- c) Os pré-socráticos, ou filósofos da *physis*, tinham como preocupação apenas encontrar o elemento (*arché*) que atribuisse sentido ao universo. Após muitas reflexões, cada um ao seu modo, afirmaram ser a “água”, o “ar”, o “fogo”, o “número”, etc., que dava sentido e explicava o universo. Constatados esses elementos, os filósofos pré-socráticos não mais fizeram perguntas e deram por encerradas as reflexões filosóficas.
- d) As investigações dos filósofos da *physis* foram fundamentais para a filosofia nascente, pois floresceu na cultura grega uma atitude de se libertar da tradição, dos mitos e de buscar investigar a partir das leis da razão.

9. Muito se questiona sobre a “utilidade da filosofia” ou o “para que Filosofia?”. Neste sentido é correto afirmar que:

I – Neste mundo onde tudo é colocado como passageiro e as pessoas se preocupam com respostas imediatas e prontas, a filosofia não possui “utilidade” e por isso não deve ser comparada com as demais ciências como geografia, física, matemática, que são ciências práticas e úteis aos homens.

II – A filosofia é uma reflexão livre de interesses e que tem como fundamento a verdade e as leis da razão, de um filosofar que pressupõe uma amadurecimento das ideias e dos conceitos. Daí decorrer que a filosofia não se enquadra no que entendemos por “utilidade” imediata.

III – A filosofia não é uma ciência como as citadas, mas uma reflexão sobre os fundamentos das ciências. Para muitos filósofos a filosofia tem como finalidade última a felicidade humana e nos elevar acima do senso comum, dos preconceitos e das meras

opiniões: “Então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes” (CHAUI, *Convite à Filosofia*, p. 29).

É correto o que se afirmou em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II.
- d) I e III.

10. Sobre o período socrático ou antropológico, conforme Chauí (*Convite à Filosofia*, p. 48-56), pode-se afirmar que:

I – Foi a época de um grande florescimento da cultura grega, sendo Atenas o centro da vida social, política e cultural da Grécia.

II – Neste período também se gerou a polêmica de Sócrates e Platão com os chamados Sofistas, devido a forma de educação do cidadão para atuar na *pólis*. Para os primeiros devia se fundamentar no amor pela sabedoria, pela verdade e pela ética; já os últimos defendiam a formação do bom orador e ensinavam a arte da persuasão.

III – A partir de Sócrates a filosofia se volta para investigar as questões humanas como a ética, a política e as técnicas e assim compreender o lugar do homem no mundo e o seu compromisso com seus pares.

IV – Sócrates fazia perguntas sobre as coisas, sobre as ideias, sobre os valores, sobre as crenças e afirmava que “só sei que nada sei”, sendo este reconhecimento da ignorância o primeiro passo para o filosofar. Ele também desafiava os atenienses com a máxima do Oráculo de Delfos “conhece-te a ti mesmo”.

É correto apenas o que se afirmou em:

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. “Por definição, toda Constituição constitui um limite da expressão e da autonomia da vontade popular. Constituição quer dizer limitação da liberdade da maioria de cada momento, e, neste sentido, quanto mais Constituição, mais limitação do princípio democrático. O problema consiste em saber até que ponto é que a excessiva constitucionalização não se traduz em prejuízo do princípio democrático” (Vital Moreira). A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

As constituições, sobretudo nos países que adotam mecanismos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, impõe bloqueios para a deliberação coletiva

PORQUE

Subtraem do espaço de decisão dos representantes do povo certas questões previamente estabelecidas pelo constituinte originário, principalmente com relação as cláusulas pétreas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

12. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o

retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

13. Com relação ao tema “Poder Constituinte e Emenda à Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. A proposta de emenda constitucional exige um quorum qualificado para sua aprovação. A emenda constitucional será considerada aprovada após discussão e votação em dois turnos pelo Senado Federal, devendo obter três quintos dos votos dos seus membros em cada turno de votação.

II. São temas que não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) os direitos e garantias individuais; (iii) a separação dos Poderes; (iv) o voto direto, secreto, universal e periódico; e (v) as regras constitucionais relativas ao controle de constitucionalidade.

III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa i estiver correta.
- b) se somente a afirmativa ii estiver correta.
- c) se somente a afirmativa iii estiver correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

14. O marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar. A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A superação histórica do jusnaturalismo e o fracasso político do positivismo abriram caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação, sendo caracterizados pela doutrina constitucional um marco filosófico da Constitucionalização do Direito.

PORQUE

O pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico hão de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, e a ii é uma justificativa correta da i.
- b) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, mas a ii não é uma justificativa correta da i.
- c) a asserção i é uma proposição verdadeira, e a ii é uma proposição falsa.
- d) a asserção i é uma proposição falsa, e a ii é uma proposição verdadeira.

15. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o estado.

- b) somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na constituição.
- c) todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.
- d) o fato de uma regra estar na constituição não significa que ela é hierarquicamente superior as demais normas jurídica do ordenamento.

16. A respeito dos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal, sob os quais se organiza o Estado Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- II. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão o de construir uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e socializar a propriedade dos meios de produção.
- III. A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- IV. São alguns dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais: a prevalência dos direitos humanos, o exercício da hegemonia política na América Latina e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas ii e iv estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas i e iii estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas i e iv estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

17. (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – TJPI – 2007 – CESPE) – O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.
- c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”.

- d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

18. Considere as seguintes normas constitucionais:

- I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

19. Com relação aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, aprecie as afirmações e marque a alternativa correta:

I - O princípio do pluralismo político refere-se à ideologia unitária da preferência político-partidária, já que nesse terreno é imperativa a aplicação da reserva da constituição.

II - Nas relações internacionais aplica-se o princípio constitucional da intervenção, com repúdio ao terrorismo e defesa da paz, além da solução pacífica dos conflitos.

III - Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3o da Constituição Federal, são enunciados em forma de ação verbal (construir, erradicar, reduzir, promover), que implicam a necessidade de um comportamento ativo pelos que se acham obrigados à sua realização.

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa figuram entre os princípios pelos quais estabelece a Constituição que a República Federativa do Brasil se rege, em suas relações internacionais.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa ii estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa iii estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa iv estiverem correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20. O marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar. A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A superação histórica do jusnaturalismo e o fracasso político do positivismo abriram caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação, sendo caracterizados pela doutrina constitucional um marco filosófico da Constitucionalização do Direito.

PORQUE

O pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico hão de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, e a ii é uma justificativa correta da i.

- b) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, mas a ii não é uma justificativa correta da i.
- c) a asserção i é uma proposição verdadeira, e a ii é uma proposição falsa.
- d) a asserção i é uma proposição falsa, e a ii é uma proposição verdadeira.

DIREITO CIVIL

21. Em junho de 2009, o voo 447 da Air France que ia do Rio de Janeiro com destino a Paris sofreu uma queda no Oceano Atlântico que custou a vida de 228 pessoas, entre passageiros e tripulantes.

A seguir, leia trecho de publicação no endereço eletrônico <http://www.bbc.com>, do dia 25/03/2014, sobre a busca pelos corpos das pessoas que se encontravam no referido voo: **“Poucos dias após a tragédia, em 31 de maio de 2009, apenas 50 corpos que estavam flutuando no mar haviam sido resgatados, sendo 20 deles brasileiros. Dois anos depois, após a localização das fuselagens, as autoridades francesas conseguiram resgatar 103 corpos”.**

Diante do que dispõe a legislação civil sobre o fim da personalidade jurídica da pessoa natural e levando em consideração que alguns corpos foram identificados e outros não, bem como, outros não foram encontrados, analise as assertivas abaixo e marque a opção correta:

- a) Em relação aos corpos que foram identificados não haverá presunção sobre a morte.
- b) As pessoas que tiveram os corpos identificados terão sua personalidade extinta pela morte presumida em razão do perigo de vida em que se encontravam.
- c) As pessoas que não tiveram seus corpos encontrados serão consideradas ausentes e o juiz a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público nomeará curador aos bens deixados.
- d) Não haverá declaração de morte presumida em nenhuma das situações apontadas, tendo em vista que todos estavam em situação de perigo, mas poderá ocorrer a comoriência se entre os passageiros tiverem pessoas que são sucessíveis entre si.

22. Em relação às regras aplicáveis as diferentes classes de bens existentes no Código Civil, analise as proposições abaixo:

- I – Os bens públicos de uso comum do povo são aqueles onde o acesso sempre se dá pela forma gratuita por ser um bem à disposição de toda a população.
- II – As pertencas por terem individualidade e destinação própria nem sempre acompanham o bem principal.
- III – Os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis pela vontade das partes, mas não pode pela vontade da lei.
- IV – Os materiais provenientes da demolição de um prédio readquirem a condição de bem móvel, podendo ser objeto de negócio jurídico próprio.
- V – Um bem colocado à venda é considerado um bem inconsumível, sob o ponto de vista de quem o vende.

Marque a opção correta:

- a) Duas são falsas e três são verdadeiras.
- b) Duas são verdadeiras e três são falsas.
- c) Quatro são falsas e uma é verdadeira.
- d) Quatros são verdadeiras e uma é falsa.

23. Levando em consideração o momento em que se inicia a personalidade jurídica da pessoa natural e da pessoa jurídica, marque a opção correta:

- a) O início da personalidade jurídica da pessoa natural ocorre com o nascimento com vida, mas fica dependendo de registro civil no cartório competente para que possa exercer os direitos da personalidade.

- b) A pessoa jurídica sem fins lucrativos adquire personalidade jurídica a partir do momento da elaboração e aprovação do estatuto pelas pessoas naturais que a compõe.
- c) Tanto a pessoa jurídica como a pessoa natural só adquirem a personalidade jurídica após registro em cartório competente respectivamente.
- d) A pessoa natural não depende de registro em cartório de seu nascimento para a aquisição da personalidade jurídica.

24. Um grupo de moradores do bairro Triângulo da cidade de Porto Velho se reuniu e resolveu criar uma associação que atendesse os interesses das pessoas que ali moram. Tal grupo foi informado que o Código Civil estabelece algumas exigências para a existência de uma associação. Baseado nas regras estabelecidas no Código Civil vigente analise as proposições abaixo e marque a opção correta.

- a) Entre os associados não haverá direitos e obrigações recíprocas, bem como o estatuto poderá estabelecer a transmissibilidade da condição de associado e instituir categorias com vantagens especiais.
- b) A associação por ser uma pessoa jurídica sem fins lucrativos não poderá desenvolver atividades econômicas.
- c) Se houver abuso da personalidade jurídica da associação, o Ministério Público, por zelar pelo bom uso da associação, poderá, a pedido da parte interessada, desconsiderar a personalidade jurídica.
- d) O associado que quiser se retirar da associação passará por regular processo assegurado o direito de defesa e recurso, nos termos previsto no estatuto.

25. Em relação à pessoa natural, marque a opção correta:

- a) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos atos da vida civil. Porém, a incapacidade cessará para os menores, dentre outras hipóteses legalmente previstas, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, por instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial.
- b) A incapacidade absoluta priva a pessoa da prática de todos os atos da vida civil enquanto a incapacidade relativa priva a prática apenas de certos atos, podendo inclusive o menor entre dezesseis e dezoito anos se casar, não dependendo, nesse caso, de autorização de seus pais ou de seus representantes legais.
- c) A pessoa que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade será considerado relativamente incapaz, sendo, porém, permitido a ela, a prática de alguns atos da vida civil.
- d) Os direitos da personalidade da pessoa natural têm como característica a indisponibilidade absoluta, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

26. (MPE/RO – 2010/CESPE) Assinale a opção correta no que concerne à domicílio.

- a) O domicílio da pessoa natural pode ser definido voluntária ou obrigatoriamente pela lei.
- b) O domicílio residencial prevalece sobre domicílio definido em razão do local de trabalho.
- c) Em relação a estabelecimentos ou filiais de empresa, considera-se domicílio, para os atos nele praticados, o local da sede da pessoa jurídica.
- d) A lei brasileira não admite que a pessoa natural tenha mais de um domicílio.

27. Assinale a alternativa CORRETA

- a) Na oferta ao público, a proposta pode ser formulada por aparelhos automáticos de venda de produtos que manifestam suas vontades através do anúncio que carregam.
- b) Em caso de morte do proponente, a obrigação não será transmitida para seu espólio.

- c) Na fase de aceitação, o silêncio traduz concordância. É a chamada aceitação tácita.
d) Nenhuma das alternativas é correta.

28. Assinale a alternativa correta

- a) O instituto da onerosidade excessiva está vinculado aos problemas relacionados com o sinalagma funcional do vínculo obrigacional
b) O instituto da onerosidade excessiva, positivado no novo código civil, pode ser verificado nos contratos de execução continuada ou diferida e sempre terá como consequência a revisão contratual.
c) A cláusula geral contida no art. 422 do novo código civil impõe ao juiz interpretar e, quando necessário, suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como exigência de comportamento leal dos contratantes.
d) A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo código civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.

29. (XIX EXAME DA ORDEM UNIFICADO - 2016) A peça Liberdade, do famoso escultor Lúcio, foi vendida para a Galeria da Vinci pela importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ele se comprometeu a entregar a obra dez dias após o recebimento da quantia estabelecida, que foi paga à vista. A galeria organizou, então, uma grande exposição, na qual a principal atração seria a escultura Liberdade. No dia ajustado, quando dirigia seu carro para fazer a entrega, Lúcio avançou o sinal, colidiu com outro veículo, e a obra foi completamente destruída. O anúncio pela galeria de que a peça não seria mais exposta fez com que diversas pessoas exercessem o direito de restituição dos valores pagos a título de ingresso. Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) Lúcio deverá entregar outra obra de seu acervo à escolha da Galeria da Vinci, em substituição à escultura Liberdade.
b) A Galeria da Vinci poderá cobrar de Lúcio o equivalente pecuniário da escultura Liberdade mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição.
c) Por se tratar de obrigação de fazer infungível, a Galeria da Vinci não poderá mandar executar a prestação às expensas de Lúcio, restando-lhe pleitear perdas e danos.
d) Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da escultura para a Galeria da Vinci, razão pela qual ela deve suportar o prejuízo pela perda do bem.

30. (EXAME DA ORDEM – 2010) Maria celebrou contrato de compra e venda do carro da marca X com Pedro, pagando um sinal de R\$ 10.000,00. No dia da entrega do veículo, a garagem de Pedro foi invadida por bandidos, que furtaram o referido carro. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Haverá resolução do contrato pela falta superveniente do objeto, sendo restituído o valor já pago por Maria.
b) Não haverá resolução do contrato, pois Pedro pode alegar caso fortuito.
c) Maria poderá exigir a entrega de outro carro.
d) Pedro poderá entregar outro veículo no lugar no automóvel furtado.

DIREITO PENAL

31. Franzino da Luz, ao chegar em casa, flagrou Furtolino Noturno dentro do quarto de sua filha, tentando estuprá-la. Imediatamente apanhou o ferro elétrico que estava ao seu alcance e desferiu um golpe na cabeça de Furtolino, que teve morte instantânea. A polícia foi ao local e efetuou a prisão de Franzino encaminhando-o à Central de Flagrantes. Diante da constatação do fato típico, o delegado de polícia presidiu o

auto de prisão em flagrante e encaminhou Franzino para a casa de detenção provisória. O flagrante foi homologado pelo Juiz de Direito. Que característica da lei penal legitima a prisão de Franzino da Luz, mesmo em face das circunstâncias em que praticou a conduta?

- a) Exclusiva
b) Geral
c) Impessoal
d) Imperativa

32. Olho Grande, conhecido mediante do bairro, sentindo inveja de seu colega Mão Esperta, que apareceu no baile funk usando um celular de última geração, o qual era um lançamento exclusivo para aquela região, aproveitando um descuido de Mão Esperta subtraiu o aparelho e o jogou no igarapé que banha a cidade. O pensamento de Olho Grande foi o seguinte: “se eu não posso ter um aparelho celular desses, ele também não vai ter”. Que elemento do tipo penal determina qual o crime cometido por Olho Grande?

- a) Elemento descritivo
b) Elemento subjetivo
c) Elemento normativo
d) Elemento objetivo

33. Olho Grande, há dois anos, quando ainda tinha 16 anos, cometeu homicídio. Hoje, após constatada a autoria do crime, o mesmo deverá ser processado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em razão da aplicação de qual teoria?

- a) Teoria subjetiva
b) Teoria da ubiquidade
c) Teoria da atividade
d) Teoria mista

34. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 - adaptado). Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.*

I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
b) III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) I, II e III.

35. Veja figura abaixo e a seguir responda sobre Livramento Condicional:



O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos, desde que esteja presente certos requisitos. Aponte alternativa errada:

- I - cumprida metade se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- II - comprovante mediante trabalho honesto, apresentando registro em carteira de trabalho;
- III - cumprida mais de 1/3 da pena não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- IV - cumprido mais de 2/3 da pena nos casos de condenação em crime hediondo;

Quantas dessas assertivas esta (estão) errada (s).

- A) apenas a alternativa I errada.
- B) apenas a alternativa II errada.
- C) as alternativas I e II estão erradas.
- D) as alternativas I e III estão erradas

36. Caracteriza-se crime continuado quando:

- I - os crimes cometidos forem da mesma espécie;
- II - que os crimes tenham sido cometidos pelo mesmo modo;
- III - tenham sido praticados nas mesmas condições de tempo e local.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A afirmação I está correta.
- b) As afirmações I e III estão corretas.
- c) As afirmações II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

37. O homicídio qualificado mediante promessa de paga ou recompensa é:

- a) Crime formal, dado que o crime se consuma com a promessa de pagamento ainda que o resultado morte não tenha se efetivado;
- b) Crime permanente face o lapso temporal que pode existir entre a consumação e o resultado do crime;
- c) Crime plurisubjetivo, dado que é necessário no mínimo dois agentes para a incidência da qualificadora em questão
- d) Nenhuma das alternativas

38. O infanticídio tem como elementares:

- a) Domínio de violenta emoção da mãe em estado puerperal;
- b) Influência de estado puerperal da mãe que mata o próprio filho;
- c) A ocultação de desonra da mãe;
- d) Nenhuma das alternativas

39. Sujeito que induz a vítima a erro e se passando por outra pessoa obtém vantagem sexual comete o crime de:

- a) Estelionato sexual;
- b) Atentado violento ao pudor;
- c) Violação sexual mediante fraude
- d) Nenhuma das alternativas

40. O crime de associação criminosa:

- a) Se consuma com a reunião de 4 ou mais pessoas com a finalidade de cometimento de crime;
- b) É um crime de dano;

- c) É crime de perigo
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

PROCESSO CIVIL

41. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de conciliação ou de mediação, é correto afirmar:

- a) A audiência não será realizada se qualquer das partes, ainda que isoladamente, de maneira expressa ou tácita, manifestar seu desinteresse na composição consensual.
- b) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representantes, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- c) A intimação do autor para essa audiência será realizada pessoalmente, por via postal, ou, se incabível, por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.
- d) Se houver desinteresse na autocomposição, o autor deverá apontá-la na petição inicial, cabendo ao réu fazê-lo por ocasião de sua contestação, necessariamente.

42. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar:

- a) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem ou em áudio, em meio digital ou analógico, inclusive diretamente por qualquer das partes, nesse caso desde que haja autorização judicial.
- b) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.
- c) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, regra porém não aplicável ao Ministério Público, em face dos interesses indisponíveis defendidos.
- d) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcionalmente adiada mas em caso algum cindida, ainda que haja concordância das partes.

43. Com base na gravura abaixo, responda:



- a) O advogado da parte autora instruiu de forma equivocada sua cliente, uma vez que do indeferimento da inicial caberá agravo de instrumento e não apelação, porquanto respectiva decisão tem cunho interlocutório e está prevista no rol taxativo do artigo 1.015 do NCPC.
- b) Está correto, uma vez que do indeferimento da petição inicial caberá apelação, podendo o juiz retratar-se em 5 (cinco) dias e, em não alterando sua decisão, mandará citar o réu para responder ao recurso.
- c) Está equivocada, uma vez que de acordo com o NCPC o indeferimento da petição inicial deverá ser alegado em preliminar de apelação, por tratar-se de *error in procedendo*.
- d) Está correta, tendo em vista que do indeferimento da inicial caberá apelação, em 15 dias, com efeito suspensivo de plano sem possibilidade de retratação, sendo o recurso enviado pelo juízo a

quo, diretamente ao *ad quem*, que ficará responsável pelo juízo monofásico de admissibilidade do recurso.

44. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux fez, durante a sessão desta quarta, um manifesto contra um estudo técnico feito no tribunal, mostrando que o novo Código de Processo Civil “inundará” a Corte e Tribunais de Justiça com processos desnecessários.

“Gostaria de refutar veementemente esse estudo do Supremo – que não conheço – que mostra que o novo Código vai inundar a Corte. O novo Código não vai inundar a Corte, e a Corte não está preocupada com o volume do trabalho em detrimento da redução razoável do processo”, disse. “Esse é um Código na Nação Brasileira e não serve a especulações curiosas”, protestou.

a) O ministro Luiz Fux fazia menção o juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário que, antes da Lei nº 13.256, de 2016, que alterou o CPC de 2015, seria realizada de forma monofásica, unicamente pelos Tribunais Superiores.

b) O ministro Luiz Fux fazia menção ao acesso à justiça que foi facilitado pelo NCPC, em especial por equiparar os pressupostos de admissibilidade da gratuidade da justiça das pessoas jurídica e física.

c) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim da repercussão geral prevista no NCPC como requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário.

d) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim do agravo retido, tendo em vista que sua conversão em preliminar de apelação acabará por inundar os tribunais com mais demandas a serem julgadas.

45. Assinale a afirmativa correta:

I. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material.

II. Considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência bem como a decisão carente de fundamentação, relatório ou empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso concreto.

III. Pela leitura da súmula 356 do STF - *o ponto omissa da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento* – conclui-se que a interposição dos embargos de declaração prequestionadores é requisito de admissibilidade para recebimento do recurso extraordinário.

IV. Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de apresentar uma nova apelação, desconsiderando as razões da outra interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

V. O Juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, somente sobre os embargos de declaração cujo acolhimento acarrete em eventuais efeitos infringentes na decisão.

- a) Apenas as alternativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II, e V estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e IV.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

46. Em ação de alimentos promovida por Yolanda em face de Aurélio, o Juiz determinou, em sentença, que o valor da pensão a ser paga pelo réu seria de 5 salários mínimos, irrisignado, o réu deverá apresentar:

a) Agravo de instrumento dirigido diretamente o Tribunal de Justiça, que será recebido, neste caso, tão somente no seu efeito devolutivo.

b) Agravo de instrumento diretamente o Tribunal, informando e requerendo a retratação da decisão, em 3 dias, ao juízo *a quo*.

c) Apelação, com pedido de retração, recebida tão somente em seu efeito devolutivo.

d) Apelação, cuja eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso.

47. Chama-se execução provisória:

a) Quando o devedor não é localizado;

b) Quando não é possível a execução definitiva, em qualquer hipótese;

c) Quando fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido somente no efeito devolutivo;

d) Quando fundada em decisão que concedeu antecipação de tutela.

48. A liquidação pelo procedimento comum tem cabimento quando:

a) o devedor apelar da sentença condenatória;

b) quando for determinada na sentença

c) quando houver necessidade de alegar e provar fato novo;

d) quando a natureza do objeto da liquidação exigir.

49. Sobre a defesa do executado, assinale a alternativa correta:

a) No cumprimento de sentença, o executado é citado para se defender mediante a oposição de embargos à execução;

b) Na execução de título extrajudicial, o executado é intimado e pode se defender através de simples impugnação nos próprios autos;

c) Na execução fiscal não é possível aduzir defesa;

d) A exceção de pré-executividade é admitida somente quando puder levantar matéria de ordem pública verificável de plano, sem a necessidade de dilação probatória, em qualquer tipo de execução.

50. Para que se obtenha efeito suspensivo na impugnação ao cumprimento de sentença, é necessário:

I- Prestação de garantia idônea, de forma a assegurar o cumprimento da obrigação traduzida no título;

II - Relevância dos fundamentos veiculados na impugnação;

III - Concordância do exequente com a suspensão;

Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

a) Todas estão incorretas;

b) Todas estão corretas;

c) Somente a III está correta

d) I e II estão corretas.

PROCESSO PENAL

51. Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

a) Decretada a prisão preventiva no curso das investigações, o prazo para conclusão do inquérito policial será de dez dias, contados da data em que a autoridade policial tomar conhecimento do cumprimento da ordem.

b) Para a garantia da preservação das provas produzidas nos crimes de exclusiva ação penal privada, os autos do inquérito policial devem ser remetidos ao juízo competente, onde, não havendo manifestação no prazo decadencial para queixa, devem ser arquivados, vedada, em qualquer caso, a sua entrega ao ofendido.

c) Em se tratando de crime de ação pública condicionada, poderá ser instaurado o inquérito pela autoridade policial sem a representação do ofendido, que deverá ser feita até o oferecimento da denúncia.

d) Durante o inquérito policial, é assegurado ao defensor amplo acesso aos elementos de prova que, já documentados em

procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao direito de defesa.

52. Com relação ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

I - É uma peça escrita, preparatória da ação penal, de natureza inquisitiva.

II - É presidido pela autoridade policial, da chamada polícia judiciária, pois atua em face do fato criminoso já ocorrido.

III - Sua finalidade investigatória objetiva dar elementos para a *opinio delicti* do órgão acusador de que há prova suficiente do crime e da autoria, para que a ação penal tenha justa causa. Para a ação penal, justa causa é o conjunto de elementos probatórios razoáveis sobre a existência do crime e da autoria.

IV - Embora não se apliquem à atividade nele desenvolvida os princípios da atividade jurisdicional, o inquérito encerra um juízo de formação de culpa que se conclui com um veredicto de possibilidade ou não da ação penal.

V - É regido pelo princípio da não-exclusividade, ou seja, no sistema brasileiro, admite-se que mais de um órgão o presida, em função do princípio da primazia do interesse público.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e III.

b) I, III e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e V.

53. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

a) Na ação penal privada, se o ofendido for mentalmente enfermo e não tiver representante legal o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial nomeado de ofício pelo juiz competente.

b) O prazo para aditamento da queixa será de cinco dias.

c) A ação penal pública será promovida por denúncia do Ministério Público, mas nos casos de contravenção penal poderá ser iniciada por portaria da autoridade policial.

d) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, concedendo-se ao ofendido o prazo prescricional do crime para oferecer a queixa.

54. Em relação à competência no processo penal, é INCORRETO afirmar:

a) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.

c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

d) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, o Juiz reputar conveniente a separação.

55. Determinada autoridade policial recebeu informações de vizinhos de Lucas dando conta de que ele possuía arma de fogo calibre 38 em sua casa, razão pela qual resolveu indiciá-lo pela prática de crime de posse de arma de fogo de uso permitido, infração de médio potencial ofensivo, punida com pena de detenção de 01 a 03 anos e multa. No curso das investigações, requereu ao Judiciário interceptação telefônica da linha do aparelho celular de Lucas para melhor investigar a prática do crime mencionado, tendo sido o pedido deferido. De acordo com a situação narrada, a prova oriunda da interceptação deve ser considerada

a) ilícita, pois somente o Ministério Público tem legitimidade para representar pela medida.

b) válida, desde que tenha sido deferida por ordem do juiz competente para ação principal.

c) ilícita, pois o crime investigado é punido com detenção.

d) ilícita, assim como as dela derivadas, ainda que estas pudessem ser obtidas por fonte independente da primeira.

56. Carlos foi indiciado pela prática de um crime de lesão corporal grave, que teria como vítima Jorge. Após o prazo de 30 dias, a autoridade policial elaborou relatório conclusivo e encaminhou o procedimento para o Ministério Público. O promotor com atribuição concluiu que não existiam indícios de autoria e materialidade, razão pela qual requereu o arquivamento. Inconformado com a manifestação, Jorge contratou advogado e propôs ação penal privada subsidiária da pública.

Nesse caso, é correto afirmar que

a) caso a queixa seja recebida, o Ministério Público não poderá aditá-la ou interpor recurso no curso do processo.

b) caso a queixa seja recebida, havendo negligência do querelante, deverá ser reconhecida a preempção.

c) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, pois não houve inércia do Ministério Público.

d) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, tendo em vista que o instituto da ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionado pela Constituição Federal.

57. Em determinada ação penal privada, na qual se apura a prática dos delitos de calúnia e difamação, a parte não apresenta, em alegações finais, pedido de condenação em relação ao delito de calúnia, fazendo-o tão somente em relação ao delito de difamação.

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorreu a preempção em relação ao delito de calúnia.

b) Não ocorreu preempção em relação a nenhum delito.

c) Ocorreu o perdão tácito em relação ao delito de calúnia.

d) Não ocorreu preempção, mas, sim, renúncia em relação ao delito de calúnia.

58. João e José, músicos da famosa banda NXY, se desentenderam por causa de uma namorada. João se descontrolou e partiu para cima de José, agredindo-o com socos e pontapés, vindo a ser separado de sua vítima por policiais militares que passavam no local, e lhe deram voz de prisão em flagrante. O exame de corpo de delito revelou que dois dedos da mão esquerda do guitarrista José foram quebrados e o braço direito, luxado, ficando impossibilitado de tocar seu instrumento por 40 dias.

Na hipótese, trata-se de crime de ação penal

a) privada propriamente dita.

b) pública condicionada à representação.

c) privada subsidiária da pública.

d) pública incondicionada.

59. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita.

Nessa situação, o Promotor deverá:

a) arquivar os autos.

b) oferecer denúncia.

c) determinar a baixa dos autos.

d) requerer o arquivamento.

60. Impede a propositura da ação civil para a reparação do dano causado pelo fato delituoso

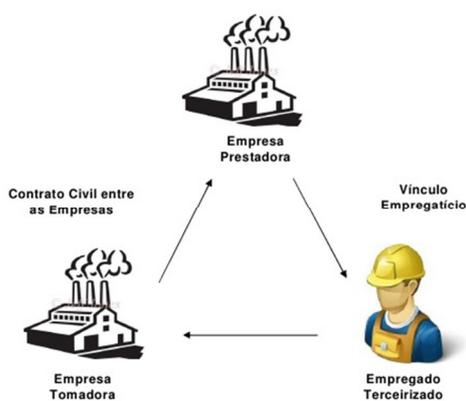
- a) o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.
 b) a decisão que julgar extinta a punibilidade.
 c) a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal.
 d) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

DIREITO DO TRABALHO

61. São fontes heterônomas do Direito do Trabalho, dentre outras:

- a) As Convenções Internacionais e as Convenções Coletivas de Trabalho.
 b) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos.
 c) Os Tratados, as Convenções Internacionais e a Constituição Federal.
 d) A Constituição Federal e os Usos e Costumes.

62. Diante do caso abaixo, assinale a afirmativa correta.



a) A empresa pública federal responde solidariamente por força da terceirização.
 b) A empresa pública federal responde subsidiariamente por força da terceirização, haja vista o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
 c) A empresa pública federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda porque não tem vínculo de emprego com Paulo.
 d) A empresa pública federal não responde pelo inadimplemento das verbas trabalhistas porque sua responsabilidade não decorre do simples inadimplemento contratual, tendo ficado provado, no caso, que houve efetiva fiscalização por parte da tomadora dos serviços.

63. No tocante às férias, considere:

- I. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal para pagamento.
 II. O empregado que tiver onze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias.
 III. O empregado que tiver quinze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a dezoito dias corridos de férias.
 IV. Não terá direito à férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário,

por mais de quinze dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e IV.
 b) I, II e III.
 c) I e IV.
 d) II e III.

64. Assinale a opção correta acerca da duração do trabalho.

- a) Os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão ou equiparados, quando o salário do cargo de confiança for, pelo menos, 30% superior ao salário efetivo, não são abrangidos pelo regime de horas extras.
 b) Se o intervalo intrajornada destinado a repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 100% do valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 c) O trabalho noturno ensejador da percepção de adicional noturno de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna é aquele executado entre as vinte e uma horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.
 d) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

65. Em relação ao intervalo intrajornada não remunerado, com base na lei e na jurisprudência uniforme do TST, é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 b) a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 c) não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.
 d) é o que ocorre dentro da jornada de trabalho para o repouso e alimentação do empregado, devendo ser computado na duração do trabalho.

66. Leia e responda as alternativas relacionadas as assertivas I a III:

23/11/09 – 18h08 - Atualizado em 23/11/09 - 18h08.

Lloyds anuncia 700 demissões no setor de seguros. Banco britânico já anunciou 13 mil cortes desde janeiro deste ano. Perda de contrato justificou redução de quadro, informou instituição. Da Reuters:

“O banco britânico Lloyds anunciou nesta segunda-feira (23) a demissão de cerca de 700 funcionários da divisão de vida, seguros e pensões. A companhia justificou a decisão com o fato de que seu contrato com a seguradora Equitable Life terminará em março 2011 e não haverá a renovação do acordo. A Equitable Life terminará seu contrato com o grupo britânico para transferir o trabalho para a empresa indiana HCL Technologies. Como consequência, o Lloyds terá que transferir funcionários da área de pensão e de administração de investimentos de Aylesbury, no sudeste da Inglaterra, para a HCL. Segundo comunicado do banco, algumas das demissões anunciadas nesta segunda já estavam previstas no corte de 5 mil vagas anunciadas no início do mês, mas a empresa não detalhou os números. O Lloyds foi duramente afetado pela crise econômica e já anunciou mais de 13 mil demissões desde janeiro”. (Fonte: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1389430-9356,00-

[LLOYDS+ANUNCIA+DEMISSOES+NO+SETOR+DE+SEGUROS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1389430-9356,00-LLOYDS+ANUNCIA+DEMISSOES+NO+SETOR+DE+SEGUROS.html))

A respeito da dispensa coletiva, julgue as assertivas a seguir:

I – O Tribunal Superior do Trabalho considera a negociação coletiva imprescindível para a validade da dispensa em massa de trabalhadores;

II – Para o Tribunal Superior do Trabalho, dois traços caracterizam a dispensa coletiva, permitindo distingui-la da dispensa plúrima: a peculiaridade da causa da dispensa, que é comum a todos os empregados, não se prendendo ao comportamento de nenhum deles, mas a uma necessidade da empresa, e a redução definitiva do quadro do pessoal da empresa, uma vez que os empregados dispensados não são substituídos, ou porque se tornaram desnecessários ou porque não tem a empresa condições de conservá-los;

III – Na falta de regramento legal, a jurisprudência tem adotado critério exclusivamente quantitativo para a identificação da dispensa coletiva: a dispensa de, pelo menos 100 empregados, em um curto espaço de tempo, presume a existência de uma dispensa coletiva;

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) II e III;
- b) III;
- c) I e III;
- d) I e II;

67. A respeito do aviso prévio, é correto o que se afirma em:

- a) Aplica-se a regra prevista no “caput” do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo de aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento;
- b) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a compatibilidade dos dois institutos;
- c) As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio;
- d) O aviso prévio é inerente aos contratos com duração indeterminada que permitam a sua terminação pelo simples exercício da vontade unilateral das partes. Logo, o aviso prévio é instituto relacionado às hipóteses de dispensa sem justa causa de contrato de trabalho por prazo indeterminado, razão pela qual a gestante não adquire garantia provisória no emprego em caso de confirmação da gravidez durante o pré-aviso.

68. A respeito da terminação do contrato de trabalho, julgue as assertivas a seguir:

I – são consideradas normais as extinções que coincidem com o implemento do termo final ou da condição resolutiva;

II – Extinto o contrato por prazo determinado, o empregado terá direito a levantar (i) o FGTS, (ii) a receber o saldo de salário dos dias trabalhados, (iii) férias (simples e/ou proporcionais + 1/3) e (iv) 13°;

III – É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico;

IV – A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e IV;
- b) II, III e IV;
- c) III;
- d) I, II e III;

69. Assinale a alternativa incorreta, segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Na aposentadoria por invalidez não há extinção do contrato de trabalho, mas suspensão. Logo cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei

b) A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.

c) O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.

d) Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

70. A respeito da terminação do contrato de trabalho, considere:

I – A indenização adicional, prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979 e no art. 9º da Lei nº 7.238, de 28.10.1984, corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.;

II - O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979.

III - Se ocorrer a rescisão contratual no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base, observado a Súmula nº 182 do TST, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido não afasta o direito à indenização adicional prevista nas Leis nºs 6.708, de 30.10.1979 e 7.238, de 28.10.1984.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I;
- b) I e II;
- c) I, II e III;
- d) II e III

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

71. Luciano, professor vinculado à Universidade Federal, ministrando aulas no curso de Direito, resolve atuar, em causa própria, pleiteando benefícios tributários em face da União Federal. Nos termos do Estatuto, é correto afirmar que:

- a) É situação peculiar que permite o exercício da advocacia mesmo contra entidade vinculada.
- b) A situação caracteriza impedimento, uma vez que há vínculo da Universidade com a União Federal.
- c) O docente em cursos de Direito não pode exercer a advocacia, sendo circunstância de incompatibilidade.
- d) Enquanto durar o exercício do magistério, a inscrição na OAB permanecerá suspensa.

72. Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da OAB:

- a) Juntamente com a eleição do Conselho Seccional e da Subseção, os advogados elegem diretamente o Conselho Federal da OAB.
- b) Uma subseção pode abranger um ou mais municípios e, ainda, partes de município.
- c) Uma seccional pode abranger um ou mais estados da Federação.
- d) Uma Caixa de Assistência aos Advogados não tem personalidade própria, mas o Conselho Seccional a que ela se vincula, sim.

73. Paulo é advogado empregado de empresa de grande porte atuando como diretor jurídico e tendo vários colegas vinculados à sua direção. Instado por um dos diretores, escala um dos seus advogados para atuar em processo judicial litigioso, no interesse de uma das filhas do referido diretor. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a) A defesa dos interesses dos familiares dos dirigentes da empresa está ínsita na atuação profissional do advogado empregado.
- b) A atuação do advogado empregado nesses casos pode ocorrer voluntariamente, sem relação com o seu emprego.
- c) A relação de emprego retira do advogado sua independência profissional, pois deve defender os interesses do patrão.
- d) Em casos de dedicação exclusiva, a jornada de trabalho máxima do advogado será de quatro horas diárias e de vinte horas semanais.

74. Sobre a prescrição da pretensão punitiva das infrações disciplinares, assinale a afirmativa correta.

- a) A pretensão punitiva quanto às infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.
- b) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em três anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.
- c) A pretensão punitiva das infrações disciplinares é imprescritível.
- d) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, não havendo previsão legal de marco interruptivo de tal prazo prescricional.

75. Ao requerer sua inscrição nos quadros da OAB, Maria assinou e apresentou declaração em que afirmava não exercer cargo incompatível com a advocacia. No entanto, exercia ela ainda o cargo de Oficial de Justiça no Tribunal de Justiça do seu Estado. Pouco tempo depois, já bem sucedida como advogada, pediu exoneração do referido cargo. No entanto, um desafeto seu, tendo descoberto que Maria, ao ingressar nos quadros da OAB, ainda exercia o cargo de Oficial de Justiça, comunicou o fato à entidade, que abriu processo disciplinar para apuração da conduta de Maria, tendo ela sido punida por ter feito falsa prova de um dos requisitos para a inscrição na OAB. De acordo com o EAOAB, assinale a opção que indica a penalidade que deve ser aplicada a Maria.

- a) Maria não deve ser punida porque, ao tempo em que os fatos foram levados ao conhecimento da OAB, ela já não mais exercia cargo incompatível com a advocacia.
- b) Maria não deve ser punida porque o cargo de Oficial de Justiça não é incompatível com o exercício da advocacia, não tendo Maria, portanto, feito prova falsa de requisito para inscrição na OAB.
- c) Maria deve ser punida com a pena de suspensão, pelo prazo de noventa dias.
- d) Maria deve ser punida com a pena de exclusão dos quadros da OAB.

76. Camila, residente e domiciliada em Porto Velho/RO, é uma advogada inscrita somente no Conselho Seccional da OAB Rondônia. Além de atuar perante o poder judiciário rondoniense, onde possui 13 ações tramitando, Camila pretende atuar, também, em 5 processos na justiça estadual do Paraná, 15 processos em Goiás, 2 em Minas Gerais e 6 em Roraima. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- a) A situação de Camila é regular, pois a inscrição na OAB tem caráter nacional, podendo ela advogar em todo o território brasileiro, bastando a inscrição original da OAB/RO.
- b) Camila deve solicitar a transferência de sua inscrição para a OAB Goiás, pois ela irá atuar em mais processos na justiça goiana que na justiça portovelhense.
- c) Camila tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/PR, OAB/GO e OAB/RR.

- d) Camila tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/GO e OAB/RR.

77. Em relação ao Processo Disciplinar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação do interessado. Sendo que a instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea ou em virtude de comunicação da autoridade competente.
- b) A representação será formulada ao Presidente do Conselho Federal ou ao Presidente do Conselho Seccional, por escrito ou verbalmente, devendo, neste último caso, ser reduzida a termo.
- c) O advogado que tenha sofrido sanção disciplinar poderá requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.
- d) Cabe revisão do processo disciplinar, na forma prevista no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, a exemplo do erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

78. Assinale a alternativa correta:

- I. No Conselho Federal têm direito de voz, além dos Conselheiros Federais, os seus ex- Presidentes, os Presidentes de Seccionais, os agraciados com a Medalha Rui Barbosa e o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.
- II. No Conselho Seccional têm direito de voz, além dos Conselheiros Seccionais, os seus ex- Presidentes, o Presidente do Conselho Federal, os Conselheiros Federais do respectivo estado, o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, os Presidentes de Subseções e o Presidente do Instituto dos Advogados do respectivo estado.
- III. O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais e as Subseções são as entidades da OAB que têm personalidade jurídica.
- IV. O exercício de cargo de Conselheiro ou membro de Diretoria da OAB é considerado serviço público relevante, além de ser gratuito e obrigatório.
- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

79. O advogado Armando alterou o endereço de seu escritório e, para comunicar tal alteração, enviou correspondência a grande número de pessoas, notadamente, seus clientes e outros advogados. Observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, Armando realizou publicidade irregular?

- a) Sim. Considera-se imoderado qualquer anúncio profissional mediante remessa de correspondência a uma coletividade.
- b) Sim. Ao advogado é vedado o envio de correspondência a clientes, salvo para tratar de temas que sejam de interesse desses últimos.
- c) Não. Armando poderia ter enviado a correspondência em questão, pois estava apenas comunicando a alteração de seu endereço.
- d) Não. A publicidade por meio de correspondência é permitida em qualquer caso e para comunicar qualquer tipo de informação.

80. No que se refere às infrações e sanções disciplinares previstas na Lei n.º 8.906/1994 e sua interpretação nos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- a) A censura se aplica na hipótese de deixar o advogado de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, depois de regularmente notificado, e na hipótese de prática, pelo estagiário, de ato excedente de sua habilitação.
- b) O recebimento de valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização

do constituinte, é causa para aplicação da sanção de exclusão dos quadros da Ordem.

c)A exclusão é aplicável nos casos de aplicação, por três vezes, da penalidade de suspensão, após manifestação favorável de 2/3 dos membros do Conselho Seccional competente.

d)A prescrição da pretensão punitiva ocorre em cinco anos, a contar da prática do ato infracional.